



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Educação

ESCOLA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP
ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

TÉCNICAS E
ATIVIDADES FINANCEIRAS



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

Governador

Cid Ferreira Gomes

Vice Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho

Secretária da Educação

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretário Adjunto

Maurício Holanda Maia

Secretário Executivo

Antônio Idilvan de Lima Alencar

Assessora Institucional do Gabinete da Seduc

Cristiane Carvalho Holanda

Coordenadora da Educação Profissional – SEDUC

Andréa Araújo Rocha

Técnicas e Atividades Financeiras

Capital

Capital é um fator de produção que representa o *potencial de produção*, ou seja, o poder ou a capacidade de algo ser transformado em um bem ou serviço. Não representa um bem ou serviço no presente, mas o estoque de bens econômicos heterogêneos – máquinas, terras, matérias-primas – capaz de *reproduzir* bens e serviços (fluxo de riquezas). Seu conceito está ligado com o de investimento, por existir um custo de oportunidade.

Partindo desta definição mais geral, podemos dar exemplos de diversos tipos de capital, como por exemplo:

- Capital humano representa o potencial de um ser humano transformar, interpretar e produzir. Está ligado a capacidades técnicas, cognitivas.
- Capital pessoal, que é inerente às pessoas, protegido pelas sociedades, e trocar trabalho por confiança ou dinheiro. Conceitos parecidos são "talento", "criatividade", "liderança", "corpos treinados" ou "habilidades inatas", que não podem ser reproduzidos de forma confiável ao combinar qualquer das formas anteriores. Na análise econômica tradicional, o capital individual é normalmente chamado de *trabalho*.
- Capital social representa o potencial de um grupo de indivíduos construir e manter redes sociais de maneira com que essa organização e intercâmbio gere melhorias no bem-estar social.
- Capital natural representa o potencial de matérias primas brutas naturais serem transformadas em bens de consumo. Está diretamente ligado ao funcionamento de sistemas ecológicos.
- Capital físico representa o potencial de máquinas, ferramentas e edifícios serem utilizados na produção de bens e serviços. Este tipo de capital, por sua vez, surge da interação da capital natural, humano, etc.
- Capital financeiro representa o potencial de troca de poder econômico

(garantido pelas instituições do Estado sob forma de, por exemplo, dinheiro, títulos) por outros bens e serviços. É uma forma de título de posse comercializado em mercados financeiros. O seu valor também é baseado na percepção do mercado nos ganhos futuros e no risco embutido.

- Capital público, que engloba o agregado de todos os ativos pertencentes ao governo que são usados para promover a produtividade da indústria privada, incluindo auto-estradas, ferrovias, aeroportos, estações de tratamento de água, telecomunicações, redes elétricas, usinas elétricas, prédios municipais, hospitais e escolas públicas, polícia, proteção ao fogo, tribunais entre outros.
- Capital espiritual, que se refere ao poder, influência, disposição criada pela crença, conhecimento e prática espiritual de uma pessoa ou organização.

Juro é a remuneração cobrada pelo empréstimo de dinheiro. É expresso como um percentual sobre o valor emprestado (taxa de juro) e pode ser calculado de duas formas: juros simples ou juros compostos.

Juros Simples:

No regime dos juros simples, a taxa de juros é aplicada sobre o principal (valor emprestado) de forma linear, ou seja, não considera que o saldo da dívida aumenta ou diminui conforme o passar do tempo. A fórmula de juros simples pode ser escrita da seguinte maneira:

$$FV = PV(1 + i \cdot n)$$

, onde

FV: Valor Futuro (do inglês *Future Value*)

PV: Valor Presente (do inglês *Present Value*)

i : Taxa de juros (do inglês *Interest Rate*)

n :Número de períodos

Uma pessoa toma emprestado \$100 ($PV= 100$) para pagar em 2 meses ($n = 2$) com taxa de juros de 10% ao mês ($i = 0,1$), calculados conforme o regime de juros simples. Depois de 2 meses essa pessoa irá pagar \$120, conforme a fórmula:

$$\begin{aligned}
FV &= 100 \cdot (1 + 0,1 \cdot 2) \\
&= 100 \cdot (1 + 0,2) \\
&= 100 \cdot 1,2 \\
&= 120
\end{aligned}$$

Juros Composto:

No regime de juros compostos, os juros de cada período são somados ao capital para o cálculo de novos juros nos períodos seguintes. Nesse caso, o valor da dívida é sempre corrigida e a taxa de juros é calculada sobre esse valor. A fórmula de juros compostos pode ser escrita da seguinte maneira:

$$V_F = V_P(1 + i)^n$$

, onde

V_F : Valor Futuro

V_P : Valor Presente

i : Taxa de juros

n : Número de períodos

Uma pessoa toma emprestado R\$100 ($V_P = 100$) para pagar em 2 meses ($n = 2$) com taxa de juros de 10% ao mês ($i = 0,1$), calculados conforme o regime de juros compostos. Depois de 2 meses essa pessoa irá pagar R\$121, conforme a fórmula:

$$\begin{aligned}
VF &= 100 \cdot (1 + 0,1)^2 \\
&= 100 \cdot (1,1)^2 \\
&= 100 \cdot 1,1 \cdot 1,1 \\
&= 110 \cdot 1,1 \\
&= 121
\end{aligned}$$

Prazo

1. Tempo determinado para a realização de algo
2. Prazo de validade - data até à qual um produto pode ser consumido
3. A curto / médio / longo prazo - num tempo próximo, médio ou distante

É um valor a ser pago em razão de condições negociais onde se estabelece que o pagamento total ou parcial da mercadoria comprada deve ocorrer, em tempo certo, em um determinado período de tempo em data certa.

Taxa de Juros: As taxas mais usadas e conhecidas no nosso país são:

Taxa básica de juros: A taxa básica de juros corresponde à menor taxa de juros vigente em uma **economia**, funcionando como taxa de referência para todos os contratos. É também a taxa a que um banco empresta a outros bancos.

No Brasil, a taxa de juros básica é a taxa SELIC, é a taxa aplicada aos empréstimos entre bancos para operações de um dia, operações estas lastreadas por títulos públicos federais. A taxa básica de juros, estabelecida pelo governo, através do Banco Central, para remunerar os títulos da dívida pública, é um importante instrumento de política monetária e fiscal. Em 20 de julho de 2011 a taxa básica de juros se elevou pela quinta vez seguida alcançando a marca de 12,5 pontos percentuais. O maior desde janeiro de 2009. Ao elevar a Selic, o objetivo do BC é fazer com que o custo do crediário também suba e, com isso, diminua o consumo da população para conter a alta da inflação.

Taxa preferencial de juros: A taxa preferencial de juros é a taxa de juros bancária cobrada dos clientes preferenciais, isto é, aqueles que têm as melhores avaliações de crédito. É determinada pelas condições de mercado (custos bancários, expectativas inflacionárias, remuneração de outros ativos, etc.). Em geral, a taxa preferencial de juros adotada por grandes bancos tende a ser a referência para todo o setor bancário e normalmente será a menor taxa do mercado.

Montante

Montante é o valor, a soma total de algo ou de alguma coisa.

É a quantidade de capital que uma empresa ou pessoa possui.

Capitalização

Ação de transformar em capital através de junção ou acumulação.

Um **título de capitalização** é um [título de crédito](#) comercializado por empresas de [capitalização](#), com o objetivo de formação de uma aplicação, mas também com um caráter [lotérico](#), de sorteio de prêmios de capitalização.

Neste produto, o capitalizador concorre a prêmios de [sorteio,1](#) recebendo ao final da aplicação seu dinheiro acrescido de reajustes e subtraído taxas de administração e cota para sorteio. Os títulos de capitalização são desvantajosos em relação à rentabilidade de outros investimentos, inclusive em relação à [poupança](#), porém com o diferencial de concorrer a prêmios sorteados. A maioria dos contratos também estipula prazo de carência para resgate e parte do valor capitalizado fica com o banco no caso de resgate anterior ao prazo estipulado no contrato.

Amortização

É um processo que extingue dívidas através de pagamentos periódicos, é a **extinção de uma dívida através da quitação** da mesma.

Na amortização, cada prestação é uma parte do valor total, incluindo os juros e o saldo devedor restante.

SFN

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por um conjunto de órgãos e instituições, financeiras ou não. Tem como função essencial a promoção do desenvolvimento do País de forma equilibrada, por meio da fiscalização e execução das atividades e operações relacionadas ao crédito e circulação de moeda, bem como por meio da transferência de recursos dos agentes econômicos superavitários para os agentes econômicos deficitários.

É constituído por dois Subsistemas (normativo e de intermediação). O Subsistema Normativo, tratado nesse *post*, tem como principais instituições componentes o Conselho Monetário Nacional (CMN); o Banco Central do Brasil (BACEN); e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Subsistema Normativo

Conselho Monetário Nacional

O CMN é o órgão máximo do SFN, desempenhando funções estritamente normativas relacionadas à política monetária, creditícia e cambial. Dentre suas principais competências, destacam-se a fixação das diretrizes e normas da política monetária e cambial; a fixação das metas de inflação; a autorização de emissões de papel moeda; a disciplina das operações de crédito e a regulamentação das operações de câmbio, taxas de juros, da constituição e funcionamento das instituições financeiras, bem como do crédito, aplicação dos recursos, operações de redesconto e operações no mercado aberto.

O principal agente executivo das políticas traçadas pelo CMN é o BACEN que é, também, a principal instituição de fiscalização do SFN, tendo como funções disciplinar e fiscalizar o mercado financeiro e executar as políticas monetária, creditícia e cambial.

O subsistema normativo controla e regula o subsistema operativo. Esse controle e regulação são exercidos por meio de normas legais, expedidas pela autoridade monetária. As instituições que compõem o subsistema normativo são: o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários.

É constituído pelas instituições financeiras privadas ou públicas, que atuam no mercado financeiro.

O subsistema normativo regulamenta e fiscaliza o mercado financeiro. Fazem parte desse sistema:

O Conselho Monetário Nacional – CMN;

Banco Central – BACEN;

Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

Secretaria de Previdência Complementar – SPC

Integram também esse subsistema, na condição de agentes especiais responsáveis por algumas atribuições do Governo Federal: o Banco do Brasil S.A., o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Caixa Econômica Federal – CEF.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

O Conselho Monetário Nacional é o órgão deliberativo máximo do sistema financeiro brasileiro. Ele tem a incumbência de formular a política da moeda e do crédito, de acordo com a Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Competências

Ao CMN compete:

- Autorizar a emissão de papel moeda
- Fixar diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações da moeda estrangeira
- Regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras
- Disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

O Banco Central do Brasil, criado pela Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda e tem, por objetivo, executar e fiscalizar o cumprimento de todas as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, zelar pela adequada liquidez da economia, manter as reservas internacionais do país em nível satisfatório, assegurar a formação de poupança em níveis apropriados e garantir a estabilidade e o aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional.

Competências

É de competência exclusiva do Banco Central do Brasil:

- Emitir a moeda (observação: a Casa da Moeda - empresa pública - fabrica o papel moeda e moeda metálica, mas o ato de emissão - colocar em circulação - é responsabilidade do Banco Central)

Comissão de Valores Mobiliários

A CVM tem poderes para disciplinar, normalizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. Seu poder de normalizar abrange todas as matérias referentes ao mercado de valores mobiliários.

Competências:

Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização.

Atribuições

Fiscalizar a constituição, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, na qualidade de executora da política traçada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP;

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – SPC

Órgão executivo do Ministério da Previdência e Assistência Social, responsável pelo controle e fiscalização dos planos e benefícios e das atividades das entidades de previdência privada fechada.

Atribuições

Fiscalizar as atividades das entidades de previdência privada fechadas quanto ao exato cumprimento da legislação e normas em vigor, e aplicar as penalidades cabíveis;

Subsistema de Intermediação e instituições Auxiliares

O subsistema de intermediação e instituições auxiliares é constituído pelos intermediadores financeiros que recebem o dinheiro dos poupadores, repassando-o aos tomadores, e por outras instituições que auxiliam o Sistema Financeiro, como as bolsas de valores e as bolsas de mercadoria e de futuros.

Dentre as instituições que operam como intermediadores de recursos, há algumas com características diferenciadas. São as chamadas de agentes especiais - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social por exercerem também algumas atribuições de interesse do Governo Federal.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil é uma sociedade econômica de economia mista, cujo o controle acionário é exercido pela União. Suas funções básicas são: Agente Financeiro do Governo Federal, Banco Comercial e Banco de Investimento e Desenvolvimento.

- Como Agente Financeiro do Governo Federal recebem os títulos e as rendas federais, depósitos compulsórios e voluntários das instituições financeiras; realiza os pagamentos necessários e constantes do orçamento da União; efetua redesconto bancário; executa a política de preços mínimos agropecuários e a política do comércio exterior do Governo, adquirindo ou financiando os de exportação; constitui agente pagador e recebedor no exterior, entre outras operações.
- Como Banco Comercial mantém contas correntes de pessoas físicas e jurídicas; opera com caderneta de poupança; executa operações de descontos; concede créditos de curto prazo, além de outras funções típicas de bancos comerciais.
- Como Banco de Investimento e Desenvolvimento opera em algumas modalidades

com créditos a médio e longo prazos, podendo financiar as atividades rurais, comerciais, industriais e de serviços. Também fomenta a economia de diferentes regiões.

Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal é uma empresa pública de propriedade da União e responsável pela operacionalização das políticas do Governo Federal para habitação popular e saneamento básico, atuando, também, como banco comercial e sociedade de crédito imobiliário. Suas principais atribuições são:

Captar recursos em caderneta de poupança, em depósitos judiciais e a prazo e aplicar em empréstimos vinculados, preferencialmente à habitação;

- Aplicar os recursos obtidos junto ao Fundo Garantidor por Tempo de Serviço - FGTS - preferencialmente nas áreas de saneamento e infra-estrutura urbana;
- Administrar as loterias, fundos e programas, entre os quais destacam-se o FGTS, o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, o Programa de Integração Social - PIS, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS e o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o BNDES é a principal intuição financeira de fomento do País, responsável pela política de investimento de médio e longo prazo do Governo Federal.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal, com sede em Brasília cujo principal objetivo é financiar de longo prazo a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, de âmbito social, regional e ambiental.

Principais Intermediários Financeiros

Banco Comercial

O banco comercial atua na intermediação entre depositantes e tomadores de crédito. Recebe depósitos à vista e efetua empréstimos, basicamente de curto prazo e médio prazo, principalmente para pessoas físicas e para capital de giro das empresas.

Banco de Investimento

Assim, os bancos de investimento captam dinheiro no mercado, pagando determinados juros e emprestam esse dinheiro para empresas, em prazos mais longos, com juros maiores, embolsando a diferença.

Banco Múltiplo

Os bancos comerciais deixaram de ser a principal classe de instituição financeira no Brasil a partir de 1988, quando, por resolução do Banco Central, as instituições financeiras que atuavam em operações de banco comercial e de banco de investimento foram autorizadas a se organizar como bancos múltiplos.

Bolsa de Valores

A bolsa de valores é o mercado organizado onde se negociam ações de capital aberto (públicas ou privadas) e outros instrumentos financeiros como Ações e Opções.

Ações:

São as parcelas que compõem o capital social de uma empresa, ou seja, são as unidades de títulos emitidas por sociedades anônimas.

Opções:

Uma opção confere, ao titular, o direito (e não obrigação) de comprar um determinado ativo (ação, título ou bem qualquer) por um valor determinado, enquanto o vendedor é obrigado a concluir a transação.

Pode ser na forma de uma associação civil sem fins lucrativos, que mantém o local ou o sistema de negociação eletrônico adequado à realização de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, mas, o mais usual hoje em dia e que as Bolsas de

Valores atuam como S/A's visando lucro através de seus serviços. Seu patrimônio, no caso das associações civis, é representado por títulos pertencentes às sociedades corretoras que a compõem; no caso das S/A's este patrimônio é composto por ações. A bolsa deve preservar elevados padrões éticos de negociação, divulgando - com rapidez, amplitude e detalhes - as operações executadas.

Embora existam entidades que só operam com pregão eletrônico, um mercado de ações automatizada como a norte-americana Nasdaq ou a utilização de Algoritmos de comércio, tudo para atender a necessidade da vida moderna dos accionistas de hoje, onde realizam compras e vendas de títulos e nas várias bolsas de valores pelo mundo controlando horários, custos e quantidades transacionadas que por vezes ocorre sem intervenção humana.

Características de uma Bolsa de Valores

Os movimentos dos preços no mercado ou em uma seção do mercado são capturados através de índices chamados Índice de Bolsa de Valores.

Os preços das ações servem também para indicar o valor de mercado das empresas cotadas em bolsa. Dessa forma, diversos negócios podem ser realizados entre elas e com outros investidores.

A principal função da bolsa de valores é manter transparente e adequado o local para as negociações de compras e vendas de ações.

Títulos de Crédito

Duplicata

Duplicata é um título de crédito, pelo qual o comprador se obriga a pagar dentro do prazo a importância representada na fatura. A Duplicata ou duplicata mercantil é um documento nominal emitido pelo comerciante, com o valor global e o vencimento da fatura.

Este é o Número do Título

Este é o Devedor

DADO, DADO & CIA LTDA. Rua "A", nº 10 - Jardim Ipê São Paulo - Capital		C.G.C. (MF) nº 33.333.333/0003-33 C.C.M. Nº 22.222-3 Mun. S. Paulo - Est. SP		DUPLICATA	
DATA DE EMISSÃO: 01 / 04 / 2002					
DADO, DADO & CIA LTDA. Assinatura do Emitente	NF FATURA nº	NF-FATF/Duplicata-Valor	Duplicata - nº de ordem	Vencimento	PARA USO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
	007585	R\$ 485,07	007585 -B	04-05-2002	
	Desconto de % sobre até				
	Condições Especiais				
Nome do Sacado: ROSA DOS VENTOS LTDA. Rep. M					
Endereço: Rua 20, nº 20 Jd. Tai					
CEP/Município: 06000-000 Osasco			Estado: S P		100
Praça de pagamento: Osasco					
CEP/Município:			Estado: S P		
I.C.G.C. (MF) Nº: 55.555.555/0001-55 Insc. Est. nº: Isento					
Valor por extenso	Quatrocentos e Oitenta e Cinco Reais, Sete Centavos				
Reconhecemos a exatidão desta Duplicata de Venda Mercantil , na importância acima que pagaremos à DADO, DADO & CIA LTDA. ou à sua ordem, na praça e vencimento indicados.					
Em 03 / 04 / 2002 (Data do aceite)	NÃO SENDO PAGA NO DIA DO VENCIMENTO, COBRAR JURAS DE MORA E DESPESAS FINANCEIRAS, NÃO CONCEDER DESCONTOS MESMO CONDICIONALMENTE.				<i>Isidório Luiz</i> ROSA DOS VENTOS LTDA.

Este é o Portador/Favorecido

Esta duplicata está aceita pela devedora.

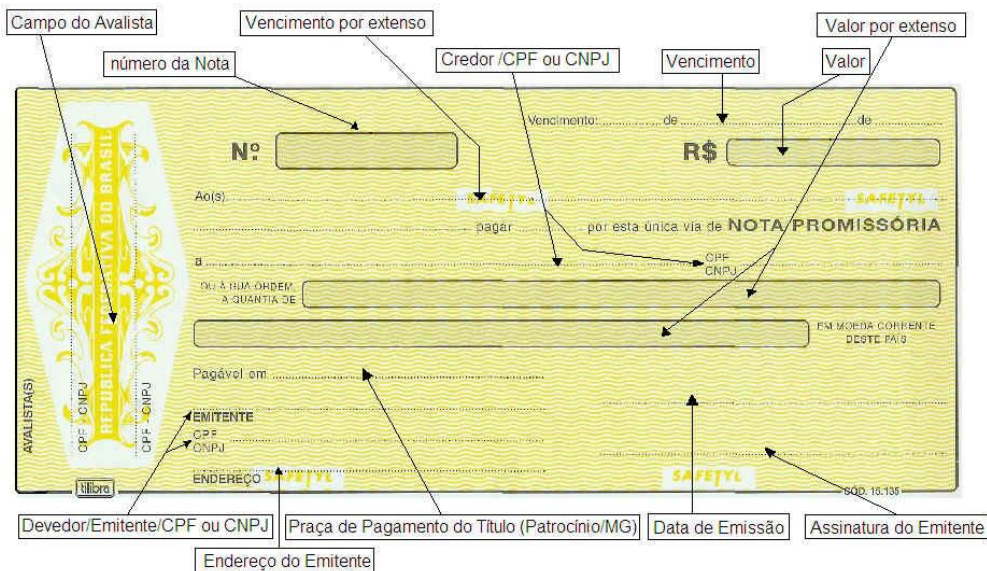
Nenhum documento a mais se faz necessário para protestá-la.

Triplícata

Triplícata é um título mercantil para substituir uma duplicata perdida ou extraviada.

Nota Promissória

Nota promissória é um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar o valor correspondente no título.



Letra de Câmbio

A letra de câmbio é uma espécie de título de crédito, ou seja, representa uma obrigação pecuniária, sendo desta autônoma.

A emissão da letra de câmbio é denominada saque; por meio dele, o sacador (quem emite o título), expede uma ordem de pagamento ao sacado (pessoa que deverá paga-la), que fica obrigado, havendo aceite, a pagar ao tomador (um credor específico), o valor determinado no título.

Financiamentos de Curto e Longo Prazos

Fontes de financiamento podem ser classificadas como de curto e longo prazo. A classificação geralmente está relacionada com a duração ou tempo de espera até o dinheiro ser recebido ou devolvido. Tanto as pessoas quanto as empresas utilizam essas fontes de financiamento para captação de capital visando melhorias e o cumprimento de obrigações financeiras.

A maioria das fontes de financiamento de curto prazo ocorrem em um período de um ano, embora algumas possam durar até três anos ou mais. As fontes de longo prazo geralmente possuem durações de 15 a 30 anos.

Série de Pagamentos Iguais

É a série que exhibe o retorno do capital através de pagamentos iguais em intervalos de tempo constantes. É bem ilustrada nas situações de empréstimo ou aquisições de bens.

O modelo matemático para esse tipo de série é:

$$PMT = PV \cdot \left[\frac{(1+i)^n \cdot i}{(1+i)^n - 1} \right]$$

Onde,

PMT → é o valor das parcelas ou prestações a serem pagas

PV → é o valor financiado

i → é a taxa de juros

n → é o tempo

Exemplo 1: Um empréstimo no valor de R\$ 15.000,00 será quitado em 24 meses. Determine o valor das prestações sabendo que a taxa de juros cobrada é de 2% ao mês.

Solução: Temos que

PMT = ?

PV= 15000

i = 2% a.m. = 0,02

n = 24 meses

Substituindo os dados na fórmula, obtemos:

$$PMT = 15000 \cdot \left[\frac{(1 + 0,02)^{24} \cdot 0,02}{(1 + 0,02)^{24} - 1} \right]$$

$$PMT = 15000 \cdot \left[\frac{(1,02)^{24} \cdot 0,02}{(1,02)^{24} - 1} \right]$$

$$PMT = 15000 \cdot \left[\frac{1,6084372494 \cdot 0,02}{1,6084372494 - 1} \right]$$

$$PMT = 15000 \cdot \frac{0,032168744988}{0,6084372494}$$

$$PMT = 15000 \cdot 0,0528710972$$

$$PMT = 793,07$$

Taxa de Retorno

É a taxa necessária para igualar o valor de um investimento (valor presente) com os seus respectivos retornos futuros ou saldos de caixa gerados em cada período. Sendo usada em análise de investimentos, significa a taxa de retorno de um projeto.

Base de Cálculos

É a base de cálculo é a grandeza econômica sobre a qual se aplica a alíquota (Percentual: valor fixo) para calcular a quantia a pagar.

Nota Fiscal

A nota fiscal é um documento fiscal e que tem por fim o registro de uma transferência de propriedade sobre um bem ou uma atividade comercial prestada por uma empresa e uma pessoa física ou outra empresa. Nas situações em que a nota fiscal registra transferência de valor monetário entre as partes, a nota fiscal também destina-se ao recolhimento de impostos e a não utilização caracteriza sonegação fiscal. Entretanto, as notas fiscais podem também ser utilizadas em contextos mais amplos como na regularização de doações, transporte de bens, empréstimos de bens, ou prestação de serviços sem benefício financeiro à empresa emissora. Uma nota fiscal também pode cancelar a validade de outra nota fiscal, como por exemplo na devolução de produtos industrializados, outros cancelamentos ou cancelamento de contratos de serviços.

Recibo

Recibo é um documento escrito em que alguém (pessoa ou empresa) declara ter recebido de outrem o que nele estiver especificado.

Formulário de RECIBO (Recibo) com os seguintes campos:

- N°
- Valor
- Recebi (emos) de
- Endereço
- A importância de
- Referente
- Para maior clareza firmo o presente
- Emitente
- CPF/RG
- Assinatura
- CÓD. 15.545
- UTILIZE IMPRESSOS
- tábra

Cheque

Cheque é uma ordem de pagamento à vista, emitida por uma pessoa (emitente ou sacador) contra um banco, para que este pague uma determinada importância a uma pessoa (beneficiário ou tomador), importância esta que o emitente tem junto ao sacado, derivada de contrato de depósito bancário ou abertura de crédito.

Cheques abaixo de R\$ 100,00 não precisam ser nominais (lei 9.069/95 art 69);

Para impedir o endosso, basta que o emitente do cheque risque o termo "ou a sua ordem", retificando-o por "não a sua ordem".

O cheque pode ser "cruzado" (traçar duas linhas paralelas diagonalmente ao cheque), para conferir-lhe condições especiais para o pagamento.

O cruzamento simples (ou em branco) confere ao cheque a condição de somente ser descontado via depósito em conta corrente ou poupança, ou seja: o beneficiário não pode receber em dinheiro o valor do cheque.

O cruzamento especial (ou em preto) tem por finalidade aumentar a segurança do desconto. Consiste basicamente em mencionar, entre o "cruzado" (as linhas paralelas que cruzam o cheque) o nome do banco em que será depositado o cheque. Dessa forma, aquele que deposita o cheque não o poderá efetuar, senão no banco mencionado.



Principais áreas de decisões em administração financeira

De uma maneira bastante abrangente, podemos identificar três áreas de decisões financeiras:

Decisões de Investimento

Referem-se tanto à administração da estrutura do ativo quanto à implementação de novos projetos. A grande concorrência existente nas modernas economias de mercado obriga as empresas a se manter tecnologicamente atualizadas. Nenhuma empresa pode sentir-se segura em boa posição conquistada, pois a qualquer momento algum concorrente poderá surgir com um produto melhor e mais barato. Assim, as empresas são obrigadas a desenvolver continuamente novos projetos e a tomar decisões sobre a sua implantação. Normalmente, isso significa a necessidade de vultosas somas adicionais de recursos e elevação no risco do empreendimento, uma vez que investimentos em novos tipos de ativos fixos têm efeitos prolongados sobre a vida da empresa, e uma decisão inadequada poderá comprometer irremediavelmente o seu futuro;

b) Decisões de Financiamento

Enquanto as decisões de investimento envolvem importantes aspectos de natureza não financeira, as decisões de financiamento constituem responsabilidade exclusiva do administrador financeiro. As decisões de financiamento visam a montar a estrutura financeira adequada às operações normais e aos novos projetos a ser implantados na empresa. As questões envolvidas nas decisões de financiamento referem-se à

composição das fontes de recursos, que exigem análise profunda das alternativas existentes e de suas implicações futuras.

São questões do tipo:

Qual deveria ser a proporção entre recursos permanentes e temporários?

Quanto de recursos próprios e quanto de financiamentos a longo prazo?

O re-investimento de lucros seria suficiente para atender às necessidades de recursos próprios?

O mercado reagiria bem ao lançamento de novas ações?

Qual seria o impacto dos custos financeiros provocados pelos financiamentos a longo prazo e pelos empréstimos a curto prazo?

Em vez de comprar ativos fixos, não deveríamos arrendá-los?

c) Decisões relativas à Destinação do Lucro

O lucro obtido em cada exercício social representa a remuneração do investimento dos proprietários da empresa. Quanto desse lucro deveria ser distribuído aos acionistas e quanto seria retido para financiar a expansão dos negócios? Tal indagação revela que a política de distribuição de dividendos está diretamente relacionada com as decisões de financiamento. Distribuindo somente uma pequena parcela dos lucros, a empresa ficará menos dependente das fontes onerosas de recursos e ampliará a participação do capital próprio na estrutura financeira.

Quando a empresa pertence a reduzido número de pessoas, essas decisões são tomadas por consenso ou por imposição do sócio majoritário. A dificuldade surge quando existe grande número de acionistas, e as ações são negociadas nas bolsas de valores. Nesse caso, a política de dividendos estará orientada para a maximização das cotações, devendo basear-se na avaliação das expectativas do mercado acionário, que são influenciadas por diversos fatores conjunturais.

Se a rentabilidade da empresa for satisfatória, pode-se supor que a maioria dos proprietários prefira abrir mão dos dividendos. Porém, não deve ser desconsiderado que sempre existirão acionistas desejosos de realizar, pelo menos, parte dos lucros. Uma empresa bem sucedida sempre terá novos planos de investimentos que implicam a necessidade de recursos adicionais. Parte dessas necessidades poderá ser atendida com a retenção de lucros, e o restante terá de ser financiado por meio de outras fontes. Uma

política de dividendos adequada favorece a manutenção dos preços das ações em níveis elevados, e isso poderá garantir o sucesso de futuros lançamentos de novas ações no mercado.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO ADMINISTRADOR FINANCEIRO

As funções do administrador financeiro na empresa podem ser avaliadas em relação às demonstrações contábeis básicas da empresa.

Suas três atribuições primordiais são:

Análise e planejamento financeiro: esta função envolve:

- Transformação dos dados financeiros em uma forma que possa ser utilizada para orientar a posição financeira da empresa e promover a sua continuidade;
- Avaliação da necessidade de aumento ou redução da capacidade produtiva; e
- Determinação de que tipo de financiamento adicional deve ser realizado. Essas três atividades são sustentadas pelas decisões de natureza estratégica, tática e operacional. Os demonstrativos contábeis, principalmente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do resultado do Exercício, são importantes fontes de informações para elaboração de análise e planejamento financeiro. Cabe ressaltar que o enfoque do caixa é essencial para o gestor financeiro. Assim, a utilização dos Fluxos de Caixa também é imprescindível, destacando a principal diferença entre a ótica do contador e a do administrador. Enquanto o primeiro gera informações com base no regime de competência, o segundo precisa aplicá-las com base no regime de caixa, denotando a importância dos Fluxos de Caixa nesta atividade;

Administração da estrutura de ativo da empresa (Decisão de Investimento):

- O administrador financeiro determina a combinação e os tipos de ativos que fazem parte do Balanço Patrimonial da empresa. Essa atividade está relacionada ao lado esquerda do Balanço. A composição refere-se ao montante de recursos aplicados em Ativos Circulantes e em Ativos Permanentes (fixos). Depois que a composição estiver

definida, o administrador financeiro deve fixar e tentar manter níveis ótimos para cada tipo de Ativo Circulante. Deve também decidir quais são os melhores Ativos Permanentes a adquirir e saber quando os ativos existentes se tornarão obsoletos e precisarão ser modificados, substituídos ou liquidados. A determinação da melhor estrutura de ativo para a empresa não é uma tarefa simples; requer o conhecimento das operações passadas e futuras das empresas e a compreensão dos objetivos que deverão ser alcançados a longo prazo. Existem várias técnicas para avaliação dessas decisões, como a Taxa Média de Retorno, Payback (Prazo de Retorno), VPL (Valor Presente Líquido) e TIR (Taxa Interna de Retorno).

Administração da estrutura financeira da empresa (Decisão de Financiamento): relaciona-se com o lado direito do Balanço Patrimonial da empresa e envolve as fontes de recursos. Dois enfoques sustentam esta atividade do administrador financeiro:

- A decisão de qual a composição mais apropriada entre financiamento a curto e a longo prazo a ser estabelecida, o que é bastante importante, pois afeta tanto a lucratividade da empresa como sua liquidez global; e
- O juízo de quais as fontes individuais de financiamento, a curto ou a longo prazo, são as melhores, em dado momento. Algumas decisões dessa natureza exigem uma análise profunda das alternativas disponíveis, de seus custos e de suas implicações a longo prazo. O Custo Médio Ponderado de Capital é uma medida eficaz para este tipo de decisão.

Administração da estrutura financeira da empresa (Decisão de Financiamento): relaciona-se com o lado direito do Balanço Patrimonial da empresa e envolve as fontes de recursos. Dois enfoques sustentam esta atividade do administrador financeiro:

- A decisão de qual a composição mais apropriada entre financiamento a curto e a longo prazo a ser estabelecida, o que é bastante importante, pois afeta tanto a lucratividade da empresa como sua liquidez global; e
- O juízo de quais as fontes individuais de financiamento, a curto ou a longo prazo, são as melhores, em dado momento. Algumas decisões dessa natureza exigem uma análise profunda das alternativas disponíveis, de seus custos e de suas implicações a longo

prazo. O Custo Médio Ponderado de Capital é uma medida eficaz para este tipo de decisão.

Capital de Giro

O Capital de Giro (CDG) é o recurso utilizado para sustentar as operações do dia-a-dia da empresa, ou seja, é o capital disponível para condução normal dos negócios da empresa.

Alguns pontos importantes da administração eficiente do capital de giro é seu impacto no fluxo de caixa da empresa. O volume de capital de giro utilizado por uma empresa depende de seu volume de venda, política de crédito e do nível de estoque mantido.

O CDG necessita de recursos para seu financiamento, ou seja, quanto maior for seu valor, maior a necessidade de financiamento, seja com recursos próprios, seja com recursos de terceiros.

As dificuldades relativas ao CDG numa empresa são devidas, principalmente, à ocorrência dos seguintes fatores:

- Redução de vendas
- Crescimento da inadimplência
- Aumento das despesas financeiras
- Aumento de custos
- Desperdícios de natureza operacional

O CDG também é um conceito econômico-financeiro e não uma definição legal, constituindo uma fonte de fundos permanente utilizada para financiar a 'Necessidade de Capital de Giro'.

Custo de Capital

O custo do capital é o rendimento requerido sobre os vários tipos de financiamento. Este custo pode ser explícito ou implícito e ser expressado como sendo o custo de oportunidade para uma alternativa equivalente de investimento.

Necessidade de estimar o risco do investimento, analisando os componentes que conformarão o capital (como a emissão de ações ou a dívida). Existem diferentes formas de calcular o custo do capital, que dependem das variáveis utilizadas pelo analista.

obterão os acionistas e os credores. No caso dos acionistas, receberão dividendos por ação, ao passo que os credores irão beneficiar com os juros pela quantia desembolsada (por exemplo, aplicam 10.000 euros e recebem 12.000, o que perfaz um lucro/juros de 2000 euros).

A avaliação do custo de capital informa quanto ao preço que a empresa paga por usar o capital. Esse custo é calculado como uma taxa: existe uma taxa para o custo de dívida e outra para o custo do capital próprio; ambos os recursos formam o custo do capital.

Cabe frisar que o capital de uma empresa é formado pelo capital contabilístico externo que se obtém através da emissão de ações comuns em oposição às utilidades retidas, pelo capital contabilístico interno proveniente das utilidades retidas, pelas ações preferentes e pelo custo da dívida (antes e depois de impostos).

Custo de Capital próprio

O custo do capital próprio (custo do patrimônio líquido) é dado pela expectativa de retorno sobre PL durante um determinado período (normalmente um ano) baseado em níveis de taxa de juros e retorno de mercado do PL no tempo. Para a obtenção do retorno de uma pasta diversificada, o risco de patrimônio líquido se aproxima do risco de mercado comum, considerando a teoria de que a diversificação possibilita a eliminação do risco não sistemático (risco intrínseco de cada investimento).

Segundo Damodaran (1997, p. 59) “o custo do patrimônio líquido é a taxa de retorno que os investidores exigem para realizar um investimento patrimonial em uma empresa”.

Existem duas abordagens para estimar o custo do patrimônio líquido: a primeira é através da utilização de um modelo de risco e retorno (CAPM), e a segunda é pela aplicação de um modelo de crescimento de dividendos. Optou-se por apresentar apenas as principais características dos modelos acima por ser eles amplamente discutidos em literatura especializada sobre finanças corporativas e avaliação de empresas (*valuation*).

Custo de Capital de terceiro

O capital de terceiros compreende todas as exigibilidades da empresa, tais como empréstimos e debêntures. Nestes casos, a empresa recebe um certo montante para aplicar como for mais conveniente, e, em contrapartida, efetua uma série de pagamentos correspondendo a juros e outras despesas, devolvendo o principal corrigido em função de índices utilizados para refletir a perda de poder aquisitivo da moeda (correção monetária). Portanto, o custo do capital de terceiros é "a taxa efetiva de juros". O que for obtido em excesso pertencerá integralmente a esses acionistas.

Custo de Empréstimos

Os Custos de empréstimos são entendidos como juros e outros custos que uma entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos. Quando estes são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, eles formam parte do custo de tal ativo. No CPC 20 - Custos de Empréstimos, existem dois termos chaves para o completo entendimento dos custos de empréstimos, são eles: "diretamente atribuíveis" e "ativo qualificável".

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são aqueles que seriam evitados se os gastos com o ativo qualificável não tivessem sido feitos. Estes são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e quando tais custos puderem ser mensurados com segurança. Cabe lembrar que estes são os critérios básicos para o reconhecimento de um ativo, definidos no Pronunciamento Conceitual Básico do CPC.

Ativo qualificável pode ser entendido como um ativo que necessariamente leva um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, sendo requerido nessas circunstâncias o exercício de julgamento sobre o que é de fato substancial.

Custo de Capital Médio Ponderado

O **Custo de Capital Médio Ponderado** (*Weighted Average Cost of Capital* **ou** *WACC* em inglês) é uma [taxa](#) que mede a [remuneração](#) requerida sobre o [capital](#) investido em uma determinada empresa ou entidade com fins lucrativos. Essa taxa mede também o

custo de oportunidade dos investidores ou credores do negócio. Os termos "Médio" e "Ponderado" são utilizados já que nem todos os investidores e credores requerem a mesma taxa de remuneração sobre o capital que investiram e, portanto, deve-se calcular uma média ponderada (pelo capital investido de cada credor ou investidor) das remunerações requeridas (ou custos de capital) por cada um dos credores e investidores.

Custo Marginal de Capital.

É a mudança no custo total de produção advinda da variação em uma unidade da quantidade produzida. Por outras palavras, podemos ainda dizer que o **custo marginal** representa o acréscimo do custo total pela produção de mais uma unidade, podendo ainda dizer-se que é o corresponde ao custo da última unidade produzida.

Referências Bibliográficas

pt.wikipedia.org

robertoquaranta.blogspot.com

www.maph.com.br

www.portaldeauditoria.com.br

www.classecontabil.com.br

www.virtual.ufc.br

Hino Nacional

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra, mais garrida,
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores."

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
- "Paz no futuro e glória no passado."

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!

Hino do Estado do Ceará

Poesia de Thomaz Lopes
Música de Alberto Nepomuceno
Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-las
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.
Seja teu verbo a voz do coração,
Verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?

Se, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!
Abra-se ao vento o teu pendão natal
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Educação